

Pauta: Audiência Pública Metas Fiscais 3º Quadrimestre 2022

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): (10h06min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul. Faremos, primeiramente, a eleição da vice-presidente desta comissão, por aclamação.

Em votação a eleição da vice-presidente da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul, Ver.^a Biga Pereira, do PCdoB. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) A Ver.^a Biga é eleita a vice-presidente desta comissão.

Parabéns, Biga, fico feliz em nomeá-la vice-presidente, tenho certeza que será ótimo termos duas mulheres à frente desta comissão.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Ver.^a Mari; obrigada a todos os componentes da CEFOR pela confiança depositada num instrumento tão importante para o Município de Porto Alegre, e também essa questão inusitada de uma pasta que trabalha finanças, economia, historicamente dada aos homens, e agora, então, coordenada por duas mulheres. Sabemos que vamos fazer todo esforço, não é, Ver.^a Mari? Estamos juntas.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada, vai ser uma honra. (Lê.):

“EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA. PROCESSO 008.00005/2023-30. O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais, COMUNICA à comunidade Porto-Alegrense a realização de Audiência Pública para demonstração e avaliação, pelo Poder Executivo, do cumprimento das Metas Fiscais do 3º quadrimestre de 2022, em atendimento ao § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, no dia 28/02/2023 (terça-feira), às 10h, através de videoconferência pela plataforma Zoom (<https://zoom.us/>), onde os cidadãos também poderão participar acessando o *link* da Reunião e o Tutorial Zoom através da Agenda Única no site da Câmara Municipal de Porto Alegre (agenda.camarapoa.rs.gov.br/ eventos/28/02/2023). Porto Alegre, 09 de fevereiro de 2023.
VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER, Presidente.”

Informo que o edital de convocação desta audiência pública foi publicado no Diário Oficial de Porto Alegre, no dia 10 de fevereiro de 2023 e no Jornal do Comércio, no dia 16 de fevereiro de 2023. Cumpridas as formalidades legais,

passo a palavra para o secretário Rodrigo Fantinel, representante do Poder Executivo, que irá apresentar as metas fiscais do 3º quadrimestre.

SR. RODRIGO FANTINEL: Bom dia, Presidente Mari; bom dia demais vereadores que integram a comissão. Eu queria, inicialmente, fazer uma saudação aos meus colegas aqui da Secretaria da Fazenda, que também acompanham esta audiência, aos professores e aos alunos da UFRGS, que já são parte aqui da CEFOR, que têm comparecido com frequência, até para fazer esse acompanhamento é bastante importante. A ideia, Ver.^a Mari, é a gente compartilhar a apresentação aqui e depois fico à disposição para responder as perguntas.

(Procede-se à apresentação.)

SR. RODRIGO FANTINEL: A ideia hoje é fazer esta apresentação. Como a Ver.^a Mari Pimentel colocou, nós vamos apresentar o resultado do 3º quadrimestre de 2022, essa é uma exigência da lei de responsabilidade fiscal, Lei Complementar nº 101. Vamos passar alguns conceitos introdutórios até para lembrar a política das finanças que tem sido adotada nesses últimos dois anos e depois entraremos nos números em si.

Eu passei, provavelmente, esses dois anos dando palestras e fazendo algumas considerações usando esta frase para iniciar e mostrar um pouquinho a visão do governo em relação às finanças. Esta foi uma diretriz que nós estabelecemos que nós trabalharíamos muito fortemente para melhorar a competitividade do Município de Porto Alegre e melhorar o ambiente de negócios. Então a gente tem dito que esta era uma das prioridades absolutas dentro do governo, trabalharíamos para esta finalidade. Em decorrência desta diretriz, nós também estabelecemos uma visão para a Secretaria da Fazenda de Porto Alegre que é, justamente, transformar nossa capital na capital de inovação em gestão de finanças públicas. O que significa isso? Significa, efetivamente, fazer mudanças e parar de trabalhar da forma de como se trabalhava até então, inovar e trazer conceitos novos para a administração das finanças. Nós tínhamos um

compromisso também, que vem das urnas, que é de não elevar a carga tributária, então nem se cogita qualquer movimento no sentido de aumentar a tributação.

Esta sempre foi a nossa forma de enxergar e a forma como vamos trabalhar nestes quatro anos. E aí algumas ações, só para a gente retomar o que foi feito nesses dois primeiros anos, nós implantamos na Secretaria da Fazenda um programa de *compliance* que começou no ISS e também foi levado para o IPTU este ano. Então, quem está inconformidade com a legislação e inconformidade com a cidade tem alguns benefícios. Nós implantamos um projeto de mediação tributária também pioneiro no Brasil, cujo objetivo é conseguir reduzir a nossa dívida ativa e reduzir o nosso contencioso, então a ideia de mediação é construir consenso dialogando com os contribuintes. Quando se tem uma determinada ação que nós achamos que o entendimento é um e o contribuinte acha o entendimento é outro, nós sentamos numa mesa com um mediador para tentar chegar num consenso e evitar judicialização e garantir que esse tributo seja recolhido.

Fizemos o programa RecuperaPOA que foi um sucesso também, conseguimos recuperar mais de 500 milhões. Aprovamos a lei, na Câmara, de regularização do ITBI para os contratos de gaveta, que são aquelas ações que de fato ocorriam mas as pessoas acabavam não formalizando a transação para não pagar o ITBI, então nós estamos dando o incentivo, hoje quem regulariza esse tipo de contrato acaba pagando 50% a menos de ITBI. Claro que são para operações mais antigas e o objetivo é não tornar isso perene, porque, senão, também ninguém acaba pagando imposto. Então é uma ação que tem que ser feita, porque a gente sabe que tinha um número de contratos de gaveta bastante expressivo. Também alteramos a legislação incentivando a regularização de IPTU sem lançamentos retroativos, por exemplo, para aquelas pessoas que fizeram mais alguns metros na sua casa, nós espantávamos as pessoas da regularização porque, no momento que elas vinham aqui se regularizar, nós lançávamos cinco anos para trás. Era, vamos dizer assim, um desincentivo a se regularizar. Hoje a gente garante que, quem vir se regularizar, não vai ter lançamento retroativo. Então a ideia, a visão destes programas é justamente fazer com que as pessoas se

regularizem e que a cidade tenha uma arrecadação melhor em consequência disso.

Criamos alguns programas de incentivo também para impulsionar a economia da cidade, principalmente no período pós-pandemia, reduzindo o ISS para empresas que trabalham com inovação através do programa Creative; estabelecendo incentivos fiscais para o Centro e para o 4º Distrito com o objetivo fazer uma revitalização nessas duas áreas da cidade, eram áreas degradadas da cidade e nós tínhamos que fazer alguma coisa para que elas começassem a modificar, efetivamente tem dado certo. Tem um projeto na Câmara, que também está tramitando neste momento, que criou o IPTU sustentável, ou seja, quem acabar construindo dentro de algumas normas voltadas à questão do meio ambiente, vai ter redução de IPTU, então a prática também que visa modificar esta questão dentro da cidade.

Reduzimos impostos efetivamente, a gente suspendeu os aumentos de IPTU que estavam previstos na planta de valores, a planta de valores aumentava em 86% a tributação do IPTU. A gente entende que a cidade não tem como absorver um aumento de tributos de 86%, obviamente a planta era importante para a gente corrigir distorções, mas acreditamos que a planta não deveria ter aumentado a tributação, simplesmente mantido a tributação e redistribuir a carga tributária entre os diferentes atores. Não foi feito dessa forma, então a opção dessa administração foi suspender esses aumentos até a nova planta. Extinguimos a taxa de alvará, reduzimos o ISS já para mais de 40 utilidades, inclusive para o setor de educação e colocamos na legislação que qualquer aumento de tributo tem que ser precedido de audiência pública para que seja explicado para a população o porquê está se aumentando o tributo e quais os efeitos disso na economia da cidade, quais os efeitos disso para o Município. Então aqui toda a lógica da Secretaria da Fazenda foi de redução de carga tributária para gerar mais empregos, mais renda e mais desenvolvimento. Temos trabalhado nesse cenário. E aí tivemos essa notícia bastante importante e a gente faz questão de lembrar que no início deste ano foi divulgado o índice de competitividade dos municípios e Porto Alegre foi reconhecida como a cidade que tem o melhor ambiente de negócios do Brasil. Como eu disse, lá no início,

há dois anos, quando estabelecemos essa diretriz como uma das prioridades, talvez não imaginávamos que em dois anos nós virássemos o melhor ambiente em negócio do Brasil e obviamente isso nos deixa bastante satisfeitos, pois parece que o que a gente definiu como diretriz foi bem observado e reconhecido pelo Ministério da Economia. Obviamente muitos outros municípios têm nos procurado para entender o que Porto Alegre fez em dois anos que a levou para essa posição, e acho que nas ruas a gente já enxerga novos investimentos chegando, o que demonstra que a política tem dado resultados práticos.

Então entrando agora um pouquinho já nos números, só queria fazer essa introdução para ressaltar essa questão do melhor ambiente em negócio do Brasil, porque eu acho que ela reflete nos números aqui, a gente traz inicialmente a composição das nossas receitas. As nossas receitas correntes tiveram uma variação de 1,1%, receitas de capital a gente teve um pouco menor do que o ano passado, em 2021, receitas intraorçamentárias também menores, mas a receita como um todo, obviamente as receitas correntes são a maior parte da receita, teve um crescimento de 0,7%. E aqui os valores de 2021 já estão corrigidos pelo IPCA, então isso aqui é um crescimento real de 0,7%. As nossas receitas tributárias, e aí é importante a gente dizer que existe uma preocupação no cenário atual muito grande com a possível reforma tributária, e já vou demonstrar aqui as nossas receitas e vocês vão entender o porquê disso. Nós tivemos um crescimento real de 0,4%, sendo que o ISS tem um crescimento de 13,7%, o IPTU tem uma queda de 12,5%, e essa queda do IPTU é explicada pelo calendário do IPTU. Foi o primeiro ano que nós conseguimos, com os recursos arrecadados do ano da competência, pagar todas as contas da Prefeitura. Então a gente não precisou fazer mais aquela antecipação do IPTU para pagar as contas de dezembro. Isso era um movimento que a Prefeitura fazia desde 2003, a Prefeitura não tinha fluxo de caixa para pagar suas contas, então precisava cobrar o imposto de um ano no ano anterior para conseguir fechar o mês de dezembro, e isso não foi preciso mais ser feito. Nós conseguimos adequar o fluxo de caixa da Prefeitura. Obviamente como isso foi feito em 2021 e não foi feito em 2022, tem uma queda aqui que é decorrente dessa mudança do calendário.

O ITBI é fortemente atingido por uma taxa de juros muito alta no País. Obviamente, quando a gente tem uma taxa de juros muito alta, a questão dos financiamentos fica muito mais cara, menos transações são feitas e aí a gente tem um reflexo direto aqui no ITBI. Então o ITBI teve uma queda de 13,4%, se comparado com 2021.

O Imposto de Renda Retido na Fonte, isso aqui também é uma questão que a gente tem que explicar melhor, porque esse crescimento de 15,8% não veio sem que tivesse sido feito um esforço. Houve uma decisão, no STF, no final do ano de 2021 que estabeleceu que o Imposto de Renda Retido na Fonte dos nossos fornecedores seria uma receita do município. Então, rapidamente nós publicamos um decreto no início de 2022 para fazer essas retenções de Imposto de Renda. Porto Alegre foi um dos primeiros municípios do Brasil a fazer esse movimento e só nessa parte do Imposto de Renda Retido na Fonte de fornecedores o nosso crescimento foi de mais de 500%. Então, no todo aqui, acabou dando um reflexo de 15,8%.

As transferências correntes, a gente tem aqui um comparativo de 2021 para 2022 onde a gente consegue visualizar um crescimento de 6% e aí abrindo aqui, isso aqui é decorrente basicamente de transferências da União. A gente recebeu valores mais significativos tanto no Fundo da Saúde para cobrir as despesas do SUS, quanto no Fundo de Participação dos Municípios. Então ali a gente tem um crescimento das transferências da União de 18,6%. E aqui vem um problema, o problema, vamos dizer assim, das finanças em 2022 foi a redução do ICMS, e aí nós vemos que, só para o município de Porto Alegre, esse impacto é de R\$ 142 milhões em um ano. Significa o seguinte: a desoneração dos combustíveis mais a desoneração da energia elétrica gerou um tombo na nossa arrecadação de R\$ 142 milhões, e aí o ICMS, obviamente, como é a principal transferência dos estados, acaba contaminando muito aquele número de 5,8% negativo ali, porque o IPVA, embora tenha crescido, é muito menos expressivo do que o ICMS. Aqui a gente passa realmente a ter um pouco mais de dificuldade. No momento em que a gente perde R\$ 142 milhões de receita, a gente tem que olhar para a nossa despesa e ver como é que a gente vai fazer para equacionar isso, para que não cause maiores prejuízos ao equilíbrio da Prefeitura.

Saindo agora da receita e migrando para a nossa despesa, a despesa corrente do Município teve um crescimento de 5,7%, a despesa de capital, 18,9%; e as despesas intraorçamentárias, um decréscimo, assim como as receitas intraorçamentárias também tiveram um decréscimo. Essas despesas e receitas intraorçamentárias basicamente são recursos que a gente passa para o Previmpa, para o pagamento dos inativos e dos pensionistas. Como a gente fez a reforma da Previdência, já começa a dar uma repercussão negativa, menos recursos a gente precisa passar para o Previmpa. As nossas despesas durante o ano de 2022, no cômputo geral aqui, cresceram 4,3%.

Aqui alguns números que a gente considera bastante importantes. A gente traz um histórico do nível de investimentos da cidade nos quatro anos anteriores a esta gestão: em média, se investiram R\$ 239 milhões nos últimos quatro anos. Essa era uma das questões que nós tínhamos também como pilar, uma questão básica, a gente considerava que era necessário aumentar o número de investimentos da cidade. Já no primeiro ano de gestão, em 2021, se investiram R\$ 326 milhões, ou seja, um acréscimo, em relação a 2020, de 18,5%. Isso aqui foi o recorde histórico de investimentos, nunca tinha se investido nesse patamar. Em 2022, nós seguimos aumentando o nível de investimentos com um crescimento de 41% sobre 2021, chegando a R\$ 460 milhões. Então, realmente, a gente tem dado uma ênfase muito grande para obras e benfeitorias, onde são aplicados esses valores aqui. A ideia é, em 2023, continuar ampliando esse número. Na medida em que a gente tem números positivos, a gente acaba trazendo para nós uma responsabilidade também de dar prosseguimento a essa evolução aqui. Estamos trabalhando para, em 2023, ultrapassar a casa do meio bilhão de reais em investimentos na cidade.

Na educação, a gente traz o percentual gasto em 2020, o percentual gasto em 2021, ano de pandemia, quando a gente teve muita dificuldade de executar todo o orçamento, porque as escolas estavam fechadas. Além de as escolas estarem fechadas no primeiro quadrimestre todo, nós tivemos uma pressão muito forte na saúde e, obviamente, a gente teve que deslocar mais recursos para a saúde em detrimento da educação. Mas, no ano de 2022, a gente faz uma compensação de quase todo o valor que precisava ser compensado. Nós

aplicamos em educação, além dos 25%, isso é importante, para não gerar aqui uma informação não correta, a gente aplica os 25% e, além dos 25%, aplica outros R\$ 171 milhões. Nós colocamos aqui que é R\$ 171 milhões acima do mínimo constitucional. Nós tínhamos uma obrigação de compensar o número de 2021, esse *gap* que nós não tínhamos aplicado dos 25%, de R\$ 176 milhões em dois anos, segundo a Emenda Constitucional nº 119. Então, nós teríamos que aplicar R\$ 176 milhões adicionais no ano de 2022 e no ano de 2023. Nós conseguimos aplicar quase todo esse valor já no ano de 2022. Mas, de novo, a ideia, em 2023, não é reduzir o investimento em educação, então, a gente não vai ter dificuldade de fazer essa compensação dos R\$ 5 milhões que restaram. Na saúde, a gente traz os percentuais de 2020, 2021 e 2022. Vocês vejam que, no ano de 2021, quando nós tivemos que injetar mais recursos, e no ano de 2020 também – mas, em 2020, a gente recebeu muito recurso do governo federal; em 2021, não –, nós tivemos que injetar, nesses dois anos, muito recurso na área da saúde em função da pandemia. Mas, também em função da pandemia, muitas cirurgias ficaram represadas, porque, obviamente, se dava maior atenção para a covid. Então, no ano de 2022, nós praticamente mantivemos o gasto de saúde de anos anteriores mesmo sem a pandemia, porque agora a gente está tratando toda essa pressão que ficou estocada durante a pandemia. De novo aqui, além dos 15%, nós gastamos R\$ 91 milhões acima do mínimo constitucional em saúde. Só para não passar uma visão equivocada, a gente traz as principais alocações da Prefeitura. Por que isso? Porque a gente pode passar aquela ideia: “Eles investem 25% em educação e investem 15% em saúde, então, a educação é a principal despesa da Prefeitura”. Não é. A principal despesa da Prefeitura é saúde, é o que mais consome o orçamento, só que muito desse recurso a gente acaba recebendo do governo federal. A segunda principal despesa da prefeitura é previdência, a terceira é educação, e a quarta é saneamento. Essas são as quatro principais contas que mais consomem resultados do Município; em previdência, a gente já vê aqui o valor um pouco menor em função da reforma da previdência, em função da resseguração de massas, ações efetuadas durante o ano de 2021, principalmente. Sobre a questão do gasto de pessoal é importante resgatar que isso aqui não era feito desde 2016, foi o primeiro ano

que, depois de 2016, houve reposição integral da inflação, ou seja, a gente deu um aumento para o servidor de 10,6%, a gente antecipou 50% do 13º salário no mês de julho – é uma ação que nunca tinha sido feita dentro da Prefeitura –, obviamente a ideia, além de antecipar, era injetar mais recursos na economia, para fazer a economia da capital se desenvolver. Aumentamos em 25% o valor do vale-alimentação, realmente estava bastante depreciado, desde 2016 não tinha aumento, e iniciamos o pagamento das progressões atrasadas que também não foram pagas nos últimos quatro anos. A gente conseguiu dar andamento a todas essas ações, obviamente, em função do equilíbrio das finanças.

Esse era o valor gasto em 2020, 41,81% da receita corrente líquida; em 2021, 40,76%, e mesmo fazendo essas ações a gente conseguiu deixar a despesa de pessoal sob controle, vamos dizer assim. Obviamente decorre um pouco de não reposição de pessoal, e não se repõe pessoal, mas se moderniza, acaba se investindo mais em tecnologia para conseguir manter esse nível de despesa de pessoal.

Em relação à dívida pública, a gente tem preparado a cidade nos últimos dois anos para receber novos financiamentos, para que durante o ano de 2023 a gente comece a receber esses financiamentos. Tem operações de captação de recursos que montam em torno de R\$ 2 bilhões. Se a gente olhar hoje para nossa dívida consolidada a gente tem mais disponibilidade de caixa do que dívida; se nós olharmos ali para a dívida consolidada líquida, o valor está negativo, em tese nós não temos dívida hoje no Município de Porto Alegre, estamos preparados para contrair dívidas, o que significa captar recurso e transformar esses recursos em investimentos e melhorias para a cidade. Aqui só para demonstrar que a gente está muito longe do limite legal, o limite legal é que a gente poderia ter uma dívida pública de até 120% da receita corrente líquida, hoje ela é negativa em 0,5%, então tem muito espaço para a gente contrair novos financiamentos.

A questão dos precatórios, a gente sempre traz também. O saldo de precatórios no final do ano de 2021: nós tínhamos R\$ 275 milhões em precatórios a serem pagos; pagamos em torno R\$ 70 milhões durante o ano de 2022, do nosso estoque, nós temos que atualizá-lo monetariamente, nós acabamos o ano com

precatórios na ordem de R\$ 225 milhões. Aqui o saldo de precatórios a pagar do Município, vejam que ele reduziu significativamente, nós tivemos aqui um decréscimo de 18% – nós temos um precatório bastante grande, provavelmente a gente vai quitar neste ano de 2023. A questão dos precatórios também está adequadamente, vamos dizer assim, gerenciada, nós temos conseguido reduzir os estoques e isso demonstra também que não estão entrando novos precatórios grandes, então a situação, aparentemente, está sob controle.

Aqui o resultado do tesouro, o resultado orçamentário – só para a gente fazer o fechamento e depois seguir para as perguntas –, a gente tinha uma receita orçada de R\$ 9,91 bilhões e a gente acabou arrecadando 9,82 bilhões. Então, a gente acabou arrecadando praticamente tudo que estava orçado aqui, chegamos a 99,1%, essa receita cresceu 6,5%; e a despesa também estava orçada e R\$ 9,91 bilhões, e a gente acabou empenhando R\$ 9,31 bilhões, então na despesa a gente executou 94% aproximadamente. Está demonstrado no restante da apresentação que isso é mais dinheiro que se colocou em investimentos, mais dinheiro que se colocou em educação, e isso explica o aumento da despesa em 10,3%. O jogo aqui é o seguinte: se a gente constata que a receita está entrando, a gente vai liberando despesa, de forma bastante responsável, para não gerar despesas sem ter a receita correspondente para suportar essa despesa. A diferença dos dois números – do R\$ 9,82 bilhões para o R\$ 9,31 bilhões – nos gera um resultado orçamentário de R\$ 516 milhões, e nós temos que retirar desse resultado orçamentário os recursos vinculados aqui, e aí chegamos no resultado do Tesouro, efetivamente, que é o quanto sobra de dinheiro do Tesouro no exercício de 2023, o superávit é de R\$163 milhões. Então, esses R\$ 163 milhões são que temos disponíveis para suplementar o orçamento de 2023 e também para poder fazer novos investimentos e aplicações na cidade.

Era isso, Ver.^a Mari, que eu tinha para apresentar, de início, e fico à disposição para perguntas. Posso parar aqui de compartilhar a apresentação, ou posso deixar, porque, dependendo da pergunta, voltamos, não sei, como vocês acharem melhor.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu vou fazer as minhas perguntas, mas eu acho que a gente abre para uma rodada de perguntas. Até coloco para a professora Rosa e demais alunos, e quem nos acompanha aqui, se tivermos também outras pessoas interessadas em perguntar para se inscreverem no *char*, para tirarmos todas as dúvidas com o secretário.

Secretário, eu tenho duas dúvidas. Primeira, a questão do ITBI total do ano, porque tu apresentaste do último quadrimestre. A gente fechou com a arrecadação de ITBI abaixo do ano passado, ou a gente fechou com uma arrecadação igual do ano passado? Tu apresentaste esse último quadrimestre, eu não o vi estratificado no total.

Depois, eu tenho duas outras perguntas: está somado nos gastos da educação a previdência dos professores? Então, são os professores aposentados da educação, se estão somados dentro dos 28% gastos com a educação.

E, por último, quando falamos em dívida, falamos que hoje o Município deve pegar, em 2023, algumas dívidas dolarizadas, isso, de certa maneira, um pouco me preocupa, porque temos menor gestão para onde vai a dívida, se vai para cima, vai para baixo, porque ela está em moeda estrangeira e a gente não está travado nela. Como vocês pretendem fazer, nessa questão da dívida, ela vai ser corrigida? No balanço, como ela vai tramitando? Vocês vão estancá-la e só vão corrigi-la monetariamente? Visto essa questão da dívida, uma vez que a gente vai estar trabalhando com dívidas que não estão em moeda corrente. Então, como a gente vai acompanhar, como cidadão de Porto Alegre, como vereadores, se a dívida aumentar ou diminuir de acordo com a mudança monetária, e não a gente tomando mais dívida ou diminuindo a dívida?

Para mim, são essas três perguntas. Fico à disposição depois que todos fizerem as suas perguntas.

SR. RODRIGO FANTINEL: Ver.^a Mari, a senhora quer que eu responda a cada um, ou respondo em bloco, como vocês acharem melhor, para mim, é indiferente.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Mari, deixa eu perguntar também e aí o secretário já responde a todos. Rodrigo, dois temas, não quero fazer uma discussão geral sobre a tua apresentação, depois, tenho que estudá-la.

Primeiro, Mari, a minha saudação para ti, estou saudando a Mari porque é a minha primeira reunião nesta comissão. Eu estava, antes em outras comissões, é a primeira reunião que eu participo da Comissão de Economia e Finanças. E já quero ela presencial, então, eu já vim para o gabinete aqui.

São duas perguntas, uma específica sobre... Saiu uma reportagem do Matinal, que é um jornalismo investigativo, que é muito competente, e eles fizeram uma análise dos valores do orçamento da Fundação de Assistência Social e Cidadania, na dotação exclusiva, e obtiveram isso através do Portal Transparência. E a reportagem mostra, os números indicam que houve uma redução dos investimentos. O governo atual fez os menores investimentos da década. Em 2021, o índice que não baixava de 3% do orçamento, ficou em 2,38%. No ano passado, o registrado na Lei Orçamentária foi a segunda pior dotação, foi 2,54%. Bem, aqui entra todo o tema ligado à insegurança alimentar porque eu tinha esses dados antes, depois eu me perdi, uma vez que fui candidato pude estudar mais no detalhe... Mas agora, segundo o Ministério, de novembro de 2022 – não lembro qual o Ministério que dava esses dados –, que tínhamos, em Porto Alegre, uma população com cerca de 212 mil pessoas numa situação de extrema pobreza. E eu acho que essa reportagem do Matinal, não sei se é do Matinal ou do Correio, dão conta de que nós temos 112 mil porto-alegrenses numa situação de insuficiência alimentar, de insegurança alimentar grave, que é, na verdade, pelo que dizem os estudos, uma situação de fome mais pesada. E na gestão do Marchezan, em 2020, houve uma destinação de 5,43% do Orçamento para a Secretaria de Desenvolvimento Social. Nós estamos falando dessa Secretaria aqui, não é?! Enquanto que no primeiro ano do governo Melo, a previsão caiu para 1,26%. Estou trazendo esses dados por quê? Para saber quais são os dados do governo, em primeiro lugar. Não sei se tu tens aí, também estou fazendo uma pergunta muito específica, talvez te exija mais tempo, enfim; mas como eu sei que tu és muito competente, é possível que tu já tenhas contigo aí, para poder checar com o governo esses dados. Porque

uma coisa é reportagem de jornal e outra coisa é a posição dos estudos de vocês na Secretaria. Esse é um tema.

O segundo tema é uma pergunta por conta da reforma tributária. Eu tenho visto que o prefeito tem insistido muito, eu acho que é um tema importante obviamente, porque tem toda a questão envolvendo... Na verdade o tema é importante e que faz com que o prefeito tenha um elemento verdadeiro no seu discurso, que é o problema da autonomia dos municípios para definir a política tributária. E com a reforma tributária se centraliza. Mas eu sei também que a reforma vai ser em duas partes, estou discutindo a reforma tributária em duas partes, a primeira parte é ligada ao tema... O tema da renda só vem depois, que é o ponto que mais me preocupa, pra ser sincero, o problema da distribuição de renda. Mas também na questão dos tributos de consumo, de IPTU, de Confins também aí está embutido o problema da desigualdade. E há, de fato, uma certa confusão tributária no Brasil. Então, todo mundo fala que é necessária uma reforma. O governo tem colocado – e essa pergunta específica –, o governo dá a impressão, e isso que eu queria saber de vocês, os estudos que eu tenho, que me transmitiram, de gente que é séria nesse assunto, economistas daqui do Rio Grande do Sul dizem que a reforma tributária, no caso de Porto Alegre, não altera nada na arrecadação; ou seja, fica empatado. Então eu queria já saber se vocês têm estudos do impacto da reforma tributária, do ponto de vista da receita. Independentemente dessa questão da política mais geral, mas o impacto na cidade. Porque como Porto Alegre tem muito peso na questão do consumo, de serviços, o informe que eu tenho é que não teria impacto, ficaria zero a zero, perderia por um lado e ganharia por outro, a cidade de Porto Alegre. Diferente de São Paulo, que perderia. São Paulo perderia brutalmente, por isso São Paulo está fazendo oposição à reforma, mas a informação que eu tenho é que Porto Alegre não perde. Eram essas as duas questões.

SR. RODRIGO FANTINEL: Presidente Mari, eu acho que eu vou responder as perguntas suas e as do vereador Robaina, senão depois acumula muito assunto, pode ser que eu me perca. Pode ser?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O.k., secretário.

SR. RODRIGO FANTINEL: Vamos lá, então. Primeiro, sua pergunta sobre o ITBI. De ITBI efetivamente arrecadamos menos em 2022 do que 2021. Em 2021, o valor foi de R\$ 403 milhões, e, em 2022, R\$ 349 milhões; então foram R\$ 54 milhões a menos de ITBI, 13,4%.

Depois, a questão dos inativos lá, em relação ao gasto da educação. Naquele valor dos 28% está contido também o valor das contribuições previdenciárias que o Município passa para o Previmpa. O que é que a gente faz? A gente faz as contribuições previdenciárias do Município para o Previmpa, para que Previmpa possa pagar os inativos e os pensionistas. Então esse repasse de contribuições previdenciárias da administração centralizada para o Previmpa está contabilizado naqueles 28%. Até inclusive com relação a isso acho que não foi na semana passada, acho que na semana anterior ainda, o Tribunal de Contas se manifestou dizendo que o que era feito em Porto Alegre era uma operação muito semelhante à realizada pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul e que teria que se construir uma transição para que, tanto o governo do Estado do Rio Grande do Sul quanto o Município de Porto Alegre, e eventuais outros municípios do Rio Grande do Sul que usem dessa contabilização da contribuição, parem de contabilizar essa contribuição e invistam outros recursos em educação. É claro que isso para o Município de Porto Alegre, o valor dessa conta é em torno de R\$ 426 milhões, se não me engano, e a gente não consegue fazer isso de um ano para o outro, então provavelmente o prazo que o Tribunal de Contas vai estabelecer para essa transição para o Estado e para os municípios deve ser um prazo mais dilatado, mas nós estamos trabalhando nisso. Então, provavelmente neste ano já, parte das contribuições dos inativos e dos pensionistas não deve ser contabilizada como MDE. MDE é manutenção de desenvolvimento do ensino, que é o gasto com educação, em outras palavras. E a questão da dívida também, que eu anotei aqui, a questão da dívida pública, realmente, como a gente está fazendo captações com organismos internacionais, tem dívidas em dólar e tem dívida em euro – uma das captações tem dívida em euro. E, obviamente, a gente tem que estar muito atento a essas

variações cambiais porque isso aqui pode nos levar a um colapso caso o câmbio apresente variações significativas. A ideia é monitorar isso, então nós temos o setor de captação da SMPAE, não sei se o pessoal está aqui, mas enfim. E, se for necessário, a gente vai ter que fazer algumas operações de proteção para a gente se proteger contra essas possíveis variações de câmbio, porque realmente é um risco que a gente não está disposto a correr. Acho que eram essas as suas perguntas, se tem alguma pode ser que eu não tenha anotado aqui, mas eram essas.

Em relação ao que o Ver. Robaina perguntou, primeiro, os dados da FASC, confesso que não tenho aqui neste momento, mas já fica o compromisso de levantar esses dados e repassá-los aos senhores. O que a gente tem de FASC, que é a questão que eu acompanho aqui: o orçamento da FASC não diminuiu. Isso eu consigo dizer para os senhores que não diminuiu. Inclusive a gente fez uma parceria recente da FASC com a receita municipal para que a receita municipal gerasse outros R\$ 23 milhões, se não estou enganado para complementar o orçamento da FASC, porque a gente diagnosticou justamente isso, o discurso do prefeito tem sido o seguinte: "Nós temos que trabalhar para quem mais precisa". Quem mais precisa é atendido pela FASC, o resumo é esse. Então, nós temos que direcionar mais recursos para a FASC, estamos correndo atrás desses R\$ 23 milhões, o pessoal da receita estruturou algumas ações para tentar buscar isso, e além disso, nós temos nos reunido com a FASC quase que semanalmente, a gente teve uma reunião ontem coincidentemente com a FASC, aqui no meu gabinete, para a gente estruturar ações que a gente pode desencadear para justamente conseguir levar mais recursos para a FASC, para tirar recursos da atividade meio da Prefeitura e levar mais recursos para a FASC. Mas eu confesso que não tenho como lhe responder em relação a esses percentuais que o senhor apresentou, mas vou pedir para o pessoal trabalhar nisso e ver o quanto nós gastávamos tanto em 2020, lá no último ano do governo Marchezan, como em 2021 e 2022... (Problemas na conexão.) ...esses dados, não tem dificuldade nenhuma de fazer isso.

Em relação à reforma tributária, este é um assunto que eu tenho trabalhado bastante, e me preocupa. Por que me preocupa? Eu vou explicar rapidamente

porque isso aqui também daria um seminário, a gente poderia passar um final de semana inteiro falando sobre isso e não faltaria assunto. Reforma tributária é o seguinte, tem três propostas tramitando no Congresso. Duas propostas, uma cria uma IVA, que seria de competência da União, outra cria o IBS e a CBS, que seria de competência da União, e o IBS, que é o Imposto de Bens e Serviços, de competência dos estados com gestão compartilhada com os municípios. Qual é o problema dessas duas reformar que eu vejo, e depois tem uma terceira reforma que tramita no Senado cujo objetivo é simplificar a tributação basicamente. Então, a gente padronizaria o ISS no Brasil inteiro, então, em vez de ter 5 mil ISSs diferentes, a gente trabalharia com um ISS único, a gente padronizaria o ICMS no Brasil inteiro. Então, em vez de ter 27 ICMSs diferentes, trabalharia com um ICMS único e não afetaria essa questão do federalismo. Então, o Município continuaria com o seu tributo ISS padronizado no Brasil inteiro, os estados continuariam com ICMS padronizado no Brasil inteiro. E tem uma questão que pega muito também que é um conceito de insumos de PIS e Cofins, que já era muito contencioso, que também seria corrigido nessa reforma tributária. Mas as outras duas que criam o IVA e o IBS, qual é o problema delas? O problema delas é que elas jogam para as empresas e para os empreendedores mais um tributo e não retiram os outros. A gente vai ter mais um período de transição no qual vão continuar os tributos que já existem e mais o IVA e mais o IBS, isso gera mais complexidade e mais trabalho. Ontem nós estávamos no CRC, conversando como o presidente do CRC do Rio Grande do Sul, e ele estava colocando justamente isso, que o simples fato de a gente trocar o local de tributação não para o local da empresa que presta o serviço, mas levar para o destino significa o seguinte, que uma empresa que presta serviço em todo o Rio Grande do Sul ela não vai mais recolher tributos em Porto Alegre, ela vai ter que recolher tributos nos 400 municípios do Rio Grande do Sul. Então, ela vai ter que fazer 400 declarações, uma para cada município, ela vai ter que emitir 400 guias, uma para cada município, e vai ter que pagar ISS em todos esses municípios. Ele disse que isso é impraticável; na prática, nós vamos criar um custo absurdo com um negócio desses. Então, eu acho que a discussão da reforma tributária é um pouco mais profunda do que simplesmente quem vai

ganhar e quem vai perder. Eu acho que a gente tem que pensar nos reflexos do que a gente está mudando, e obviamente o Brasil está cheio de pessoas competentes que têm condições de fazer essa avaliação e ver se realmente essa discussão só de quem ganha e quem perde não é muito rasa: “Ah Porto Alegre ganha ou Porto Alegre perde”, eu confesso que a gente não tem essa convicção de que Porto Alegre fica na mesma. Todos os números e todas as simulações que a gente pediu para os representantes do governo federal, para os congressistas que trabalharam nisso, a gente não recebeu. A gente, digo, não o Município de Porto Alegre, a Abrasf – Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais, então não podemos ver se esses dados realmente estão corretos ou não. Eu e o prefeito Melo vamos para Brasília, no dia 12 de março, tem uma reunião na Frente Nacional dos Prefeitos, inclusive vamos ter uma reunião com Presidente Lula para colocar essas preocupações, obviamente tenho certeza que ele vai se sensível a essas preocupações.

Outra questão que nos importa e afeta bastante. Nós criando um IVA – IBS, a imprensa tem noticiado que essa alíquota seria de 25%. A conta que já sabemos é que 25% não se mantém; teria que ser acima de 30%. Aí significa o seguinte: como a Prefeitura é um grande tomador de serviços, todos os serviços que a Prefeitura toma ficariam mais caros, por consequência, nós teríamos uma despesa muito maior. Então, temos que ter cuidado nessa unificação de tributos, porque, além de gerar mais complexidade durante todo um período de transição, ela pode aumentar muito a carga tributária, principalmente do setor de serviços. O setor de serviços está bastante preocupado com essa diretriz.

Sobre reforma tributária, se me deixarem falar durante quatro horas, eu consigo falar as quatro horas, mas tenho certeza que temos outros assuntos para ver aqui. Fico à disposição, Ver. Robaina, se o senhor quiser conversar, a gente marca, vai na Câmara, para qualquer esclarecimento.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Rodrigo, te agradeço, só para combinar, a gente entra em contato, porque eu quero seguir desdobrando esse tema, porque é um tema central, a reforma tributária. Tu colocaste de forma mais

geral, não especificamente sobre quem ganha e quem perde. Então, por isso, sentar e conversar.

SR. RODRIGO FANTINEL: A gente fica à disposição. Na verdade eu estou com duas dívidas contigo: primeira, da FASC, que vamos pagar também; e a questão da reforma. Quando quiser, entra em contato.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Agradeço.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Algum vereador gostaria de fazer alguma pergunta?

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Estou satisfeito.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Mari, também estou satisfeito. Vamos ouvir os nossos vereadores e os nossos visitantes. Dizer para o amigo Rodrigo e aos vereadores que uma das pautas que nos preocupa é também a reforma tributária. Acho que vai merecer, depois, um encontro aqui na comissão para discutir o tema com a Secretaria da Fazenda e outras autoridades. Muito obrigado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A Sra. Rosa Angela Chieza, professora da UFRGS, está com a palavra.

SRA. ROSA ANGELA CHIEZA: Bom dia, a todos. Inicialmente, queria cumprimentar a Ver.^a Mari Pimentel, presidente da CEFOR. Dizer também que é uma satisfação reencontrar os meus colegas da UFRGS, professor Robert, professor Diogo. Cumprimentar os demais vereadores, pela primeira vez nós temos duas vereadoras na CEFOR. Eu participo desta comissão há mais de 15 anos. Cumprimentar também o Ver. Robaina, Ver.^a Abigail, Ver. Airto Ferronato, Ver. João Bosco. Também cumprimentar o secretário Fantinel, da Secretaria da Fazenda do Município. Um cumprimento, muito especial, aos alunos que estão

aqui participando, aprendendo um pouco mais sobre contas públicas. Esse é um projeto de extensão de nº 50075, que tramitou dentro da universidade. Já vou pedir aos alunos que desejam o certificado que se inscrevam, colocando no final do nome o número da matrícula, porque depois vou pedir para a CEFOR me enviar a lista de presença, ficando mais fácil encaminhar a certificação. Queria dizer que tem alunos de vários cursos de graduação, do mestrado, e de economia também, que estão presentes.

Antes de passar para os comentários, na última vez em que participamos da reunião desta comissão, foi em maio de 2022. Em setembro não foi possível, porque nós tivemos uma pesquisa com o Tribunal de Contas, eu, o professor Diogo, nós tínhamos um prazo muito curto para cumprir, e não conseguimos organizar nossa participação. Em maio do ano passado, a presidência estava com o Ver. Mauro Zacher, nosso ex-aluno, então gostaria de homenageá-lo nessa audiência pública de gestão fiscal, homenagem póstuma ao Mauro Zacher, que faleceu tragicamente em junho.

Sobre a audiência pública, os vereadores vão se alterando e a composição da CEFOR também. Uma questão que eu queria colocar, em relação à audiência pública, quando ela foi criada pelo legislador, na Lei de Responsabilidade Fiscal, o objetivo dela era abrir as contas públicas para a comunidade, não é uma mera apresentação do Executivo no Legislativo; então, aí volto a tratar de um tema que já tratei das outras vezes, a dificuldade, que eu pelo menos tive, assim como meus alunos, de encontrar a divulgação da data da audiência pública; nós sabemos que é em maio, setembro e fevereiro, mas, assim, peço um certo carinho e atenção aos novos vereadores, no sentido de pedir mais ampla divulgação, para que mais pessoas possam participar dessa discussão. E a comunidade, não só fiscaliza, mas traz informações, tanto para o Executivo, para o Legislativo, para nós na universidade; enfim, essa troca é muito rica – então, faço essa observação. Eu anotei algumas questões para falar, bem rapidinho. A primeira delas é o IPTU. O secretário da Fazenda sabe que eu tenho uma posição diferente da do Executivo. Nós temos um estudo, como coloquei aqui, do que está publicado, da UFRGS, Consequências da defasagem da planta de valores imobiliários do IPTU na cidade de Porto Alegre. A suspensão do IPTU

em Porto Alegre aumentou as desigualdades. Antes da renovação da lei, imóveis que, naquele momento, valiam acima de R\$ 1,5 milhão, quanto maior o valor do imóvel, menor era a alíquota efetiva de IPTU. A proposta, aprovada pela Câmara de Vereadores, antes da crise, qual foi seu objetivo? Corrigir essas distorções, e foi corrigido, foi feito um prazo de quatro, cinco, seis anos – nesse prazo seria escalonado os imóveis com valores mais altos. Bom, veio a pandemia, foi suspenso, e aqueles imóveis que não estavam tão defasados foram corrigidos; os que estavam muito defasados, foi suspenso, e a desigualdade continuou. Eu não quero debater esse assunto aqui, Rodrigo, mas quero só dizer que tenho posições divergentes. Esse estudo foi feito por um aluno do mestrado em economia na UFRGS, um engenheiro que é perito da justiça. Então, eu gostaria que os vereadores olhassem, analisassem, pedissem para as suas assessorias, se tem verba para assessoria, para que lessem esse estudo, para a gente debater. A segunda questão que eu queria tratar aqui é sobre a renúncia de receita. A renúncia de receita não está, não só no município de Porto Alegre, – não vou fazer uma afirmação – obedecendo integralmente o que está previsto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, é mais uma questão para a CEFOR. Toda vez que o ente público conceder renúncia de receita, se ela não afetar as contas públicas, e ele afeta, o município precisa compensar a renúncia, seja pelo aumento da base de cálculo, seja por aumento de tributo. E aí, sim, tem que chamar a sociedade e discutir, na Câmara de Vereadores, se ela quer pagar a mais para fazer uma concessão de renúncia. E aí também tem a Lei Complementar nº 187/21, que altera o art. 198 do Código Tributário Nacional em relação à transparência e o nome das pessoas jurídicas beneficiárias. A gente tem usado a Lei de Acesso à Informação, e as respostas não têm sido satisfatórias. Essa é a segunda questão que eu coloco também à CEFOR, aos novos vereadores, ao próprio Executivo, aos estudantes, à sociedade porto-alegrense que precisa se debruçar sobre essa temática, além de todas aquelas questões que o próprio secretário e os vereadores já colocaram. Por fim, secretário, eu senti falta, na sua exposição, da tabela de gastos por função – talvez não tenham colocado, como sempre foi apresentado em todas as audiências públicas, e também senti falta da apresentação das contas da

previdência, quando apresentava em separado, a previdência, regime de partição simples e por capitalização. Apenas é para fazer o registro; se fosse possível inserir na divulgação dos dados, seria interessante porque nós utilizamos esses dados em sala de aula; inclusive, a partir de deste ano, 2023, segundo o MEC, uma norma que foi alterada no governo Temer ainda, a universidade é obrigada a inserir a Curricularização da Extensão no ensino. Vários professores transformaram as suas disciplinas de ensino, em parte em extensão. Uma das disciplinas que eu e mais dois professores, que envolve contas públicas, no meu caso, economia do setor público, os alunos vão trabalhar a parte de extensão. E, nesse semestre, os alunos escolhem qual é o município que querem estudar, fazer um diagnóstico, fiscal, orçamentário, enfim, uma análise social também. E nesse semestre temos alunos que, inclusive estão presentes, que vão estudar o município de Porto Alegre, vão apresentar, num evento público que vamos divulgar. Então, muito obrigada pela atenção de todos.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, professora Rosa. Só para dizer, eu já havia alinhado com o secretário Rodrigo Fantinel, e devemos ter uma prestação de contas na CEFOR, que já compete na Lei Orgânica, de todas as isenções de ISS e impacto fiscal no Município. Então a gente deve ter alguma reunião na CEFOR em que a gente deve debater sobre isso, e a gente convida a senhora e também os alunos para participarem.

Secretário, tu preferes que eu abra para os demais ou tu vais respondendo um a um, como tu preferes a dinâmica?

SR. RODRIGO FANTINEL: Tanto faz, para mim é indiferente.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Com a palavra o Sr. Diogo.

SR. DIOGO JOEL DEMARCO: Bom dia vereadora Mari, em seu nome cumprimento todos os vereadores, o secretário Rodrigo. Quero ser bastante objetivo. Primeiro, dizer que somos parceiros nesta reflexão que se colocou na ordem do dia sobre a reforma fiscal e o impacto que ela tem. Estudar as finanças

dos municípios é o *métier* da minha área, juntamente com a professora Rosa. Nós fizemos um longo estudo de acompanhamento dos impactos da pandemia também sobre as finanças dos 497 municípios gaúchos, e alguns dos dados que foram trazidos pelo secretário corroboram muitas das preocupações desse trabalho que nós fizemos, que são os dobramentos da pandemia e as implicações posteriores, como também a centralidade na pauta econômica do país de se discutir a taxa de juros e o impacto que ela tem sobre as contas municipais. Muitas vezes a gente imagina que discutir taxa de juros é discutir macroeconomia, tarefa do governo central, mas a gente vê as implicações que tem sobre arrecadação do ITBI e sobre a atividade econômica como um todo. Somos parceiros para essa reflexão, o que precisarem contar com a gente para estruturar, pensar e organizar espaços de debate, estamos presentes. Quero perguntar, secretário, duas informações a partir da sua apresentação. A primeira: Quais as fontes ou projetos de captação desses recursos para investimento, como o senhor sinalizou, que já há uma tendência de novas fontes a se confirmarem para esses investimentos, o que me parece um ponto fundamental não só para retomada da qualificação da infraestrutura do Município, mas também, no momento de crise de emprego pelo qual passamos, atividades de investimento são fundamentais para ativar a economia. Então, se já há no cenário, porque o senhor sinalizou a possibilidade dessa captação. Quais são as fontes? É Banco Mundial, são outras fontes desses investimentos? A segunda é em relação à recuperação dos gastos com educação que a Emenda Constitucional nº 119, de 2022, propôs. O senhor falou que praticamente foram compensados grande parte dos recursos não aplicados em MDE no período da pandemia, e que deveriam ser recuperados em 2022 e 2023. O senhor tem alguma informação mais qualitativa sobre a natureza desses gastos e como eles foram compensados? Foram as obras nas escolas da rede Municipal, foi a aquisição de equipamentos, foi comprar de material escolar? Por que esse é um ponto particularmente importante nesse estudo que me referi para vocês: os municípios do Rio Grande do Sul deixaram de aplicar, nos anos de 2020 e 2021, cerca de R\$ 2 bilhões em educação, e que terão que ser compensados, além dos gastos dos 25%, neste ano de 2022 a 2023. É um número muito significativo,

e a preocupação também é onde esses recursos vão ser gastos e de qual maneira. Se o senhor já tem algum dado qualitativo de onde esses recursos que estão sendo compensados estão sendo gastos. É isso. Muito obrigado pela atenção.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigado, Diogo. Eu acho que a gente pode responder, secretário, pois o Robert saiu... Vereadora Abigail, gostaria de fazer pergunta agora? (Pausa.) Secretário, se puderes nos ajudar com resposta para as duas perguntas.

SR. RODRIGO FANTINEL: Vamos começar com as questões da professora Rosa. Em relação à planta, realmente temos visões bastante diferentes. Acho que é impossível ter aumentado a desigualdade, sendo que 66% dos imóveis estão com 100% do valor venal, restaram 33% dos imóveis que não estão com 100% do valor venal. Então a planta foi aplicada na sua integralidade para dois terços dos imóveis. Então ter aumentado a desigualdade, só lendo o estudo porque a gente tem dificuldade em compreender. Em relação à renúncia de receita, o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece duas possibilidades: uma possibilidade seria a compensação com aumento de tributos; isso a gente não vai fazer porque existe uma diretriz clara, que nós não vamos aumentar a carga tributária. Mas existe uma outra possibilidade no art. 14 que é demonstrar que na peça orçamentária a gente considerou essa renúncia de receita. E como é que isso é feito? A gente estabelece quanto é que seria a receita, por exemplo, de ISS para o ano seguinte, e deduz todas as renúncias de receita e o que vai para a LOA, efetivamente, para a lei orçamentária anual, é o valor cheio, menos o valor das renúncias. Então vai o valor líquido para a LOA. Isso, necessariamente é observado quando os projetos saem do Executivo, nós não temos como mandar um projeto para a Câmara de Vereadores sem demonstração. Então, em todos os projetos que saíram – eu posso falar de 2021 para frente – saíram com essa demonstração da renúncia de receita e todas as suas renúncias foram consideradas quando a gente elabora a lei orçamentária.

Com relação às colocações do professor Diogo, começar pela mais fácil que é a questão da natureza dos gastos da educação. Nós tivemos que fazer investimento bastante grande, e teve um esforço muito grande aqui do Município, porque gastar recursos é fácil, o difícil é gastar bem gasto. Então eu sempre coloquei para secretária Sônia, que é a secretária de educação que pode talvez abrir um pouco melhor isso. O meu papel aqui na Secretaria da Fazenda não é fazer análise do mérito da despesa, mas a gente sempre tem essa preocupação do mérito da despesa, porque, como eu disse, seria muito fácil ter batido lá o percentual de 25% em 2021, pintando uma parede que já está pintada. Aí eu gasto dinheiro lá, mas a efetividade daquilo ali é nenhuma. Então, quando se estruturou o projeto, a gente fez um grupo de trabalho aqui que eu participei também e tinha alguns eixos para trabalhar. E aí tinha parte mais voltada para reforma das escolas, inclusive foi feita uma parceria com a UNESCO nesse sentido, no final do ano passado, a UNESCO vai providenciar parte dessas reformas, com base no valor que foi repassado. E não tem como não reformar as escolas, porque isso é essencial, até para a gente conseguir colocar para dentro das escolas os equipamentos que foram adquiridos. Se investiu muito na parte tecnológica também nas escolas e, obviamente, para se colocar esses equipamentos para dentro, eu preciso ter uma rede elétrica estruturada, eu preciso ter escola com mínimas condições de receber esses equipamentos. Então, foi uma série de equipamentos que foram adquiridos, material escolar foram adquiridos; a gente fez aquisições de uniforme, a gente faz aquisição de livros escolares, a gente fez aquisições, como eu falei, de equipamentos de TI; foi colocado o Wi-Fi em todas as escolas, foram comprados chromebooks para os alunos, o próprio sistema de gestão também está em implantação dentro da SMED. Obviamente o secretário de educação pode detalhar com muito mais propriedade e muito mais detalhamento que eu aqui, essa questão de educação. Mas realmente, como era um volume expressivo a gente teve que montar um grupo de trabalho para garantir que este gasto fosse bem feito. Não teria como ser diferente, e aí até foi interessante que a gente fez meio que um *test-drive* de como trabalhar a Prefeitura aqui de forma mais integrada. Então nós tínhamos várias secretarias representadas nesse grupo, que se reuniam todas as quintas-

feiras, pela manhã, para fazer a efetivação desses gastos. Isso aqui vai continuar em 2023, dependendo um pouquinho mais para compensar ainda e também a gente viu o que é um modelo de trabalho que se prestou para atingir a finalidade que precisávamos.

Em relação aos financiamentos em si, eu não sei se tem alguém da SMPAE que queira se manifestar – eu estou vendo aqui que o secretário Urbano entrou na reunião, ele pode fazer dar um detalhamento maior, aí de quais os financiamentos. Mas realmente a gente tem um volume expressivo a receber agora que este ano e no próximo ano e achamos que estes financiamentos vão conseguir transformar a cidade de Porto Alegre, como eu coloquei em relação à dívida pública a gente tem uma situação bastante estável. Então a gente está preparado, nesse momento, para receber os financiamentos.

Estou vendo o secretário Urbano, que cuida, justamente dessa parte de captação, que pode dar os detalhamentos maiores aí para o professor Diogo.

SR. URBANO SCHMITT: Bom dia, Presidente, secretários, demais vereadores, que estão presentes, e Rodrigo. Respondendo especificamente ao Diogo e também aos demais, sobre a questão dos financiamentos externos. Nós temos duas cartas consultas, aprovadas, inclusive já com as respectivas leis nas Câmaras, aprovadas. Uma é BID, então ela tem o enfoque social muito grande e também uma outra parte que é a questão dos precatórios. Quer dizer, é a área social e uma área dos precatórios que tem exatamente como força dar uma maior liquidez e um maior resultado para a Prefeitura, na medida em que o custo dos precatórios é extremamente alto. Então, o Estado tem feito isso também, nós estamos fazendo isso exatamente para buscarmos um empréstimo para quitarmos uma parte dos precatórios. O Rodrigues está trabalhando nisso, inclusive junto com a própria PGM, em termos de uma negociação para com isso baixar o valor dos precatórios. E outra carta-consulta aprovada é do Banco Mundial, que é aquela operação do Centro+4D Programa de Revitalização da Área Central de Porto Alegre (Centro + 4º Distrito). Então essas duas operações estão em andamento. Foi marcada para início de abril, já a partir do dia 13, a negociação com o governo federal e com as instituições financeiras exatamente

essa questão desses dois financiamentos. São financiamentos importantes e que vão alavancar muito a questão das nossas possibilidades de melhoria das finanças e investimentos e principalmente a melhoria também na área social. Essas duas operações estão bem adiantadas, estão em andamento, e a gente tem alguma perspectiva de conseguir implantar isso neste ano ainda.

Além disso, nós temos duas cartas-consultas que vamos novamente apresentá-las na Cofix a partir de março, início de abril, uma junto com a CAF, Cooperação Andina de Fomento e também com a AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento). Ela tem como pressuposto básico mais a parte de drenagem. E a outra junto ao BRICS, exatamente e esses outros bancos, o Banco da China, Banco da Associação com o Brasil, que é na parte de infraestrutura. Temos acesso norte e Porto Seco e tantas outras obras de infraestrutura que nós estamos prevendo. Então, sobre essas duas operações que estão mais adiantadas, estão na fase de negociação diretamente já com a instituição financeira, junto com o governo federal porque vão ter o aval do governo. Aliás, toda operação internacional tem que ter o aval do governo federal. Importa dizer que são operações extremamente difíceis de captar exatamente porque elas são muito interessantes em termos econômicos.

Respondendo, então, especificamente ao Diogo, em toda operação internacional, com mais tempo, a questão cambial se neutraliza. Você, tomando recursos em moeda estrangeira mesmo não tendo, a parte, como rediar essa operação porque técnica e economicamente não é importante, se neutraliza essa questão cambial. Então, se nós estamos hoje trabalhando com bancos nacionais com juro extremamente alto, considerando a nossa CDI, nessa fase de taxa que está, nos bancos internacionais tem se conseguido captar por recursos bem mais econômicos. A grande dificuldade é exatamente fazermos a operação, ela exige um trabalho muito grande em termos de projeto, ela exige uma aprovação junto ao governo federal e, depois disso, ela exige inclusive a aprovação junto ao Congresso Nacional. Então, por isso são essas operações que estão sendo construídas, a previsão otimista é que a gente pudesse assinar esses dois contratos neste ano ainda. Não tenho certeza disso, mas estamos

trabalhando nesse sentido, e que elas possam, então, a partir daí, serem operadas.

Eu não sei se seriam essas, mais o menos as dúvidas ou se teríamos algumas outras perguntas sobre isso.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Professor Diogo, está tudo certo, conseguiu sarnar pergunta?

SR. DIOGO JOEL DEMARCO: Sim, obrigado pelas informações, secretário.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Bom, mais algum participante gostaria de fazer alguma pergunta para os secretários que estão presentes aqui na nossa audiência pública? Em não havendo, eu declaro encerrada a audiência pública. Agradeço a presença dos secretários do Município, agradeço a presença de todos os vereadores aqui da CEFOR, porque a gente teve quórum completo. É muito importante estarmos todos envolvidos nessa prestação de contas. Agradeço também a presença dos professores da UFRGS, da população de Porto Alegre, dos estudantes.

Nós estaremos também, professora Rosa, pensando já em como melhorar a divulgação para a próxima, mantemos a senhora informada da próxima audiência também. E deixo aqui uma mensagem para as assessorias dos vereadores que conseguirem permanecer para a gente passar as últimas orientações da CEFOR para a semana que vem. Agradeço a presença de todos, muito obrigada.

SRA. ROSA ANGELA CHIEZA: Ver.^a Mari, poderia fazer um pedido à CEFOR para nos encaminhar a lista de presença para eu viabilizar os certificados na Universidade? Muito obrigada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Claro, estaremos enviando sim. Obrigada professora. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h24min.)

TEXTO SEM REVISÃO